

ex æquo Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, n.º 11, 2005, *Polifonias na investigação em torno dos estudos sobre as mulheres*.

Organização de Conceição Nogueira

Júlio Machado Vaz¹

É um prazer colaborar no lançamento de um livro organizado por uma pessoa que sempre me despertou simpatia pessoal – facto de vantagem curricular muito duvidosa... – e o respeito que me leva a citá-la com frequência, pela importância de que o seu trabalho se reveste no nosso panorama científico. Prazer reforçado pelo facto de se tratar da resultante de um esforço de equipa, hábito obrigatório que ainda encontra incríveis dificuldades em país cioso das suas capelinhas e invejas. Erro tremendo, só a multiplicidade dos olhares constrói objectos de estudo mais nítidos ou até, sejamos megalómanos! quase verdadeiros.

Permitam que confesse um favoritismo descarado por palavra do sub-título: masculinidades. Porque são os plurais a aflorar o real, todo o singular acarreta a generalização que transforma pessoas em números e estereótipos. Que aprendemos a ser homens masculinos começa a ser – finalmente... – consensual. Nem sempre foi assim. A masculinidade, constitucional, imutável, indiscutível – quando não invisível... –, tem sido ponto de referência padrão e símbolo milenar de poder fálico e patriarcal. E isto apesar da constante obsessão em a provar, o que só pode traduzir a fragilidade e insegurança de quem, consciente ou inconscientemente, se teme e confirma efémero, no seu exibicionismo especular e competitivo.

Os estudos sobre a masculinidade surgiram a reboque dos de género, centrados sobre as mulheres, seres estranhos e imprevisíveis, definidos em relação à norma, em teoria assexuada mas silenciosamente masculina. E, por arrastamento, de uma libertação feminina que punha em causa valores e práticas simbolizadas pelo *cowboy* da Marlboro e por um John Wayne omnipresente nos meus queridos westerns da adolescência. Sim, porque oficialmente todos éramos – ou seríamos no futuro... – como eles: monolíticos, pétreos, seres racionais que escondiam e calavam o amor e se orgulhavam disso. Lembremos esse Shane, desempenhado por Alan Ladd, desaparecendo no horizonte, aterrorizado pela presença – nem sequer a exigência... – dos afectos de mulher e criança. Só faltava no argumento de tão mítico filme que também um homossexual fosse rejeitado, para que os critérios major da construção da masculinidade estivessem completos...

Como bem salienta a Professora Lígia Amâncio, os problemas permanecem ao nível das relações de poder, de produção e emocionais. E ao nível da comparação e opressão das masculinidades, veja-se o artigo do Expresso da semana passada sobre Forças Armadas portuguesas e homossexuais. Quase admirável, na sua honestidade paleolítica e cruel, sublinha o que outros calam por estraté-

¹ Texto de apresentação da obra no Círculo Universitário do Porto, em 10 de Maio de 2005.

gia: aprendemos a ser um determinado tipo de homem, lançando os outros para a cumplicidade ou marginalização. O destino dos primeiros, sob certos aspectos, não é melhor. Tornam-se vitoriosos à custa da auto-mutilação...

Os processos discriminatórios surgem, por exemplo, no local de trabalho, como exemplarmente demonstra o Dr. António Marques, a quem reencontro com satisfação, depois de ter tido o privilégio de acompanhar no passado as suas provas académicas, que suportou com inegável brilho. Das áreas referidas, permito-me salientar a Cirurgia. Porque a comparação diária não é apenas com as mulheres que nela se aventuram ou com uma futura cirurgia «feminizada e descharacterizada». Mas também com as outras especialidades médicas, vistas como secundárias e de apoio. O cirurgião goza de um estatuto fantasmático de prima dona que até no comportamento predador heterossexual se verifica, a «intimidade desculpabilizante» do bloco operatório é famosa na Medicina.

E se em Antropologia Médica chamamos a atenção para o estreitar do fosso entre as chamadas doenças de género, salientando as consequências da adopção pelas mulheres de estilos de vida considerados mais «masculinos», seria ingénuo negar a associação risco/masculinidade que muitas vezes conduz a verdadeiros comportamentos ordálicos. A Dra. Ana Laranjeira tem razão, e o povo também: um homem que não é homem não é nada. Nem homem, nem par do grupo, cuja rejeição é mais temida que tudo o resto. Incluindo todo o género de rituais de passagem, sejam eles ridículos, sádicos ou dolorosos.

Afinal as mesmas águas em que se move a Dra. Teresa Martinho, cujo título me trouxe à memória uma velha canção dos Eagles, dedicada a James Dean: «Too fast to live, too young to die». Não será a minimização do risco uma visão compensatória megalómana da insegurança de que falava atrás? E se o risco é minimizado na estrada e ao volante, como o não seria na pedra de toque da masculinidade, o sexo? Minimizada é também por muito boa gente a sobrevivência do duplo-padrão, condicionado ou não, assente no «constitucional e tirânico» desejo masculino. A pressão é tão forte que os comportamentos de risco resistem à melhoria dos conhecimentos. O que não acontece nas raparigas. Ou, na maior parte dos casos, não aconteceria!, pois conhecimentos e boas intenções de pouco lhes valem, face à assimetria de poder ainda existente em muitas relações.

O meu bom amigo Vasco Prazeres prossegue, de certo modo, o tema da Dra. Ana Laranjeira, ao abordar as vertentes da Prevenção e Promoção de Saúde. Sempre desvalorizadas na ideologia médica, fortemente curativa, intervencionista, espectacular, numa palavra – masculina. E chama a atenção para as diferenças nas taxas de mortalidade e morbilidade e para o perigo de considerarmos constitucionais, diferenças que relevam dos comportamentos. Bastará recordar os acidentes de viação que enchem serviços de urgência e traumatologia, para não falar dos cemitérios. Ou as doenças sexualmente transmissíveis, que por factores biológicos e sociais penalizam mais as mulheres. E foi com deleite que o vi citar o meu estimado Laqueur, sempre lúcido a discorrer sobre a facilidade com que Ciência e Medicina «ignoram o entrave dos factos». Também importante a verifi-

cação por Choquet e Ladoux do aumento nos dois sexos dos problemas «tipicamente masculinos», ao contrário dos «tipicamente femininos». Não admira, o metro-padrão da liberdade e cidadania veste calças...

Os Serviços, esses, perpetuam as diferenças, pouco sensíveis às relações entre Cultura, Género e Saúde. E não só Género!, as mulheres, minoria majoritária, partilham com outras as desvantagens ao nível dos Sistemas de Saúde. Ouçamos Eisler e Hersen, no prefácio da obra colectiva que dedicam ao tema: «Diferentes grupos de pessoas percebem, avaliam e lidam com os tópicos da Saúde a partir das suas próprias perspectivas culturais. Assim, a qualidade e a eficácia das actividades de Prevenção e Promoção da Saúde dependem da nossa compreensão da forma como o género, a etnia, a idade e a orientação sexual estão relacionadas com as práticas de saúde e os seus resultados». Quantos Serviços, melhor!, quanta Medicina pensa a relação entre o seu agir e as assimetrias do imaginário cultural que acarretam as da morbilidade? A resposta não é reconfortante...

E o círculo fecha-se na juventude, em que tudo começa. Não raras vezes por responsabilidade materna, também a feminilidade, além de submissa, é cúmplice, costume dizer que muitos machismos são como a hemofilia – habitam os homens, mas foram transmitidos pelas mulheres. O poder é por definição relacional e a violência não passa de um bilhete de identidade extremo, sobretudo em espaços públicos e contra as mulheres e os homens «não alinhados», tentativa absurda de ser alguém pela humilhação de um «outro» considerado inferior. «Outro», que se for rapaz, tem grandes hipóteses de se tornar cúmplice, que mais não seja por rezear a rejeição do todo-poderoso grupo. As instituições educativas não podem ficar indiferentes à perpetuação de tais comportamentos, sobretudo por a violência ser considerada «natural», até no seio das relações afectivas, Koss e Hoffman escrevem que «a violência por parceiro íntimo é um problema de saúde global para as mulheres, pois estudos em 35 países demonstram que entre 25 e 50% das mulheres foram vítimas dessa violência». Para cúmulo, e como o Dr. Carlos Barbosa sublinha, trata-se de uma «violência imperfeita», que só demonstra a artificialidade das hierarquias sustentadas, a Escola é um caso particular da tragédia que subjaz a toda a violência de género.

A Professora Lígia Amâncio regressa a Simone de Beauvoir nas conclusões e com justiça. Porque os homens também não nascem, tornam-se. E muitas mulheres confundem até liberdade com adopção dos comportamentos do sujeito masculino, por ser quase impensável inventar outros trajectos além dos conhecidos. É realmente preciso tomar consciência do problema e adquirir instrumentos para o resolver. Quanto à esperança da Professora Lígia Amâncio sobre esta obra, ela denuncia excesso de modéstia. Se o livro não lhe transportasse o nome, estou certo que não hesitaria em reconhecer-lhe – como o faço eu! – o indiscutível valor.